

A Audiência

Hoje eu vou contar uma aventura. Não é daquelas do Alexandre Dumas que minha mãe lia para nós, mas, quer saber? Tem capa e espada, vocês verão.

Meu nome é João Monteiro, não sou mais criança, passei dos 70, estou mais perto do final do jogo do que do intervalo. Trabalhei 28 anos, quase 29, para o Dr. Abelardo, na chácara que ele tinha aqui na zona rural, perto de Campinas. De “recreio”, ele dizia, uso em finais de semana, mas para mim não era recreio, não; morava lá com a minha Lurdinha, que Deus a tenha, e as crianças, Lucinha e João Marcelo, que de criança nada mais têm, trabalhando e cuidando de tudo.

Então, minha aventura tem coisa de oito meses, quando o Dr. Abelardo veio numa terça e explicou uma tal crise, falta de dinheiro e que, enfim, ia vender a chácara e não precisava mais de mim. Bambeeí, mas emendei na cabeça que já estava cansado, caía bem uma aposentadoria e um repouso para os ossos. Assinei a papelada, me despedi da família Abelardo no sábado (tudo gente boa, sempre me trataram como igual) e corri para a Caixa, para pegar meu esperado FGTS. Aí eu cai mesmo das pernas: não tinha nada, porque – disse o funcionário – “não tem registro nenhum nesses trinta anos, Seu João.” Meio tonto ainda, estiquei até o INSS (morreu o sonho de reformar meu casebre, mais ainda queria um descanso, né?), mas qual o quê? “Sem registro, não tem aposentadoria, Seu João”, disse a mocinha do balcão, com ar de pena.

Fui para casa, onde Lucinha me esperava na porta (dia de folga, faz 12x36) e já viu minha cara de desenxavido. Expliquei o ocorrido e ela não caiu das pernas, mas, rá, subiu pelas paredes. “Esse Dr. Abelardo é um isso, é um baita daquilo” e por aí afora. Tentei enfriar, dizendo que não era assim, ele era homem bom, mas quem segura a herdeira de Dona Lurdinha (Dona Lurdinha Cospe-Fogo, como chamavam na surdina lá no bairro), que era um anjo mas, se mexesse em cria sua, saía da frente! Aí Lucinha veio com a ideia: “Vamos no sindicato, eles consertam isso!” Tentei pular fora, não era para tudo isso, era engano do Dr. Abelardo, ele era bom, devia ter confiado que estava tudo certo, que lá acabava virando ação judicial, ruim para uma amizade de quase trinta anos. Aí Lucinha – sabida como boa enfermeira – jogou no meu fraco, a Palavra de Deus: “Ué, pai, não é a bíblia que diz que é de César o que é de César? O que é seu não é mais seu, então?” Emendei meia dúzia de desculpas, mas, claro, cedi como sempre e, dois dias depois, estávamos no sindicato, eu gastando mais uma folga da minha filha.

Nunca tinha ido lá e fiquei surpreso com o atendimento, bom demais. Levaram a gente para a sala do advogado, que me explicou como funcionava para cobrar o que devia o Dr. Abelardo. Perguntou como que era a jornada, se eu trabalhava mais do que o horário, mas, nesse ponto, eu não deixei passar: fiz, sim, muita hora extra, mas o Dr. Abelardo sempre retribuiu; era uma cerca para consertar que levou até 10 da noite, mas o Doutor chegava e colocava cinquenta contos no meu bolso, “para eu comprar umas flores para Lurdinha”, dizia; ou voltava no dia seguinte com uma carne assada com farofa e legumes que ele tinha encomendado no restaurante para nós, “para compensar o senhor por perder a janta por mim ontem”, explicava; e quando eu precisava faltar do serviço por assunto pessoal, nunca pediu atestado ou descontou dia, explicava que eu era pau para toda obra e que já fazia hora extra, tinha direito de compensar. Minha bronca, resumi para o rapaz advogado, era o fundo de garantia e a aposentadoria, que eu tinha na mão e tinha sumido. Vamos propor uma ação trabalhista, então, concluiu o jovem doutor, e, sem eu pensar, Lucinha já concordou e apertou a mão do – agora – meu advogado.

Aí o miolo da aventura: o dia da audiência. Cheguei cedo lá na Justiça do Trabalho e assustei com a multidão, entra e sai de advogados, pessoas bem-vestidas, até uns peões de fábrica, macacão e tudo. O advogado chegou e, vendo eu nervoso pelas tampas, tratou de me acalmar, disse que era tranquilo. Tranquilo o quê, se aquele lugar me impressionava, todo limpo e iluminado, estátua grande na entrada, de uma senhora bonita com o olho tampado e uma espada enorme no colo (não falei que tinha espada na minha aventura?).

E juiz, nada! Quando entrei na sala após chamarem meu nome, vi que era uma juíza, moça nova, capa preta no ombro, lembrava a idade da minha Lucinha. Sentei onde me foi orientado e fiquei olhando pasmo para tudo aquilo, entendendo muito pouco. O Dr. Abelardo sentou do outro lado, olhar fugindo do meu, parecendo desconfortável. Só acordei quando o advogado me cutucou e apontou uma cadeira de destaque, na frente de outra moça, que digitava tudo que falavam. “Senta ali, Sr. João, a juíza quer ouvir o senhor”. Nessa hora é que eu me perdi, confesso: a Doutora Juíza, uma autoridade, quer ouvir este velho, que sabe o que pegou da escola primaria e dos livros que a mãe sempre obrigou a ler? Aí, confesso, travei: sentei lá, mas fiquei com cara de bocó, não saia palavra da boca. Então, vieram os dizeres da Doutora Juíza, que gravei e repito: “Sr. João, o senhor é um cidadão. Tá vendo isso tudo aqui? Eu, minha secretária,

esses funcionários, esses computadores? É um serviço público e é para o senhor, para ninguém mais nesse momento. Estamos aqui para atendê-lo e será no seu tempo. Respira e, no seu tempo, me conta o que o trouxe aqui”. Eu nunca tinha pensado assim e isso me acendeu uma luz: eu sou um cidadão! E tenho direitos! E eles são respeitados!” Aí eu desabafei, contei como era o serviço, o quanto eu me dediquei, o quão a família do Dr. Abelardo tinha sido boa para mim, mas emendei a mágoa quando saí com as mãos abanando. A Doutora ouviu tudo, sem tirar os olhos do meu rosto, fez duas ou três perguntas, a mocinha ao lado anotando. Voltei para o meu lugar na mesa, tentando não olhar para o Dr. Abelardo. Mas espiei e vi que ele estava vermelho, sem graça. Então o advogado dele pediu para a Juíza deixá-lo falar com o cliente um instante, o que ela deixou, “três minutos, Doutor, porque o dia é longo e a pauta maior ainda”. Voltou nem dois minutos depois e disse que o cliente dele queria acertar tudo, só não conseguia fazer no ato, precisava parcelar. Meu advogado me olhou e eu perguntei da aposentadoria, o que o outro advogado se apressou a responder, tudo certinho, a gente vai recolher o quanto antes e acertar tudo. Fechamos assim, a Juíza deu os parabéns por resolver dessa forma, ao que eu agradei pela imensa atenção. Ela não se avexou, disse que não passa da obrigação dela, de bem nos servir, olhem só a modéstia! O Dr. Abelardo apertou a minha mão e disse “desculpa por tudo”; acho que, no final, doeu tanto nele como em mim. Enfim, resolvido ficou.

Saí de lá e fui para o terminal, pegar o coletivo para voltar para casa. No paredão do lado, vi barraca com cafés, pão de queijo, sanduíches com cara fresca. O vendedor, sujeito negro com avental profissional, sorriso franco com dentição muito perfeita (sim, velho meio desdentado aprecia essa miudeza), me chamou de longe: “Vai um lanche, cidadão, para aguentar o resto do dia?” Não foi o sorriso cativante, o avental profissional, a comida limpíssima e o pão de queijo crocante que me trouxe de volta a Tia Mercedes, mineira da gema, que fazia pães assim como ninguém. Foi o chamado de “cidadão” que eu atendi prontamente. Porque eu sabia, agora, que eu era um cidadão completo, e com muito orgulho.

Luís Carlos Fernandes

Servidor público federal – Técnico Judiciário